

VI Cinform- Encontro Nacional de Ciência da Informação

GOVERNO ELETRÔNICO E REDE INTERGOVERNAMENTAL DE INFORMAÇÕES

PAULO BALANCO¹

balanco@ufba.br

MARIA DAS GRAÇAS SÁ LEONY²

leony@sefaz.ba.gov.br

Resumo

Este artigo visa abordar a questão do compartilhamento de dados e informações entre as organizações públicas na perspectiva do e-Governo e da e-governança, como recurso fundamental para a consolidação da atuação do estado na chamada sociedade digital. Para tanto, apresenta uma rápida análise das políticas de informação e como elas aparecem na sociedade atual, fortemente apoiada em tecnologias digitais, e como o uso da Internet e da Intranet pode se constituir em instrumento para a viabilização de uma rede intergovernamental de informações. A abordagem está na formatação de informações específicas e na troca de conteúdos informacionais entre as instituições públicas, seja a nível horizontal, dentro da mesma esfera de governo, seja a nível vertical, entre as diversas esferas (federal, estadual e municipal), contribuindo para uma maior eficácia nas atividades do Estado, configurando uma rede organizacional na Intranet, dentro do canal do governo eletrônico. Baseado principalmente em referências bibliográficas utilizadas na dissertação em andamento, centrada no instrumento da informação, na qual se insere nas limitações da pesquisa e da coleta de informações externas, pretende este artigo abrir discussão a respeito deste importante tema.

Palavras-chaves: Governo Eletrônico, e-governança, Internet, Intranet, Rede intergovernamental de Informações.

¹ * Doutor em Economia pela UNICAMP

² * Mestranda em Ciência da Informação (ICI) Universidade Federal da Bahia

GOVERNO ELETRÔNICO E REDE INTERGOVERNAMENTAL DE INFORMAÇÕES

“Não devemos pensar que essa revolução se vincula unicamente e mecanicamente às transformações dos aparatos, se liga também às transformações culturais, políticas e sociais”. Roger Chartier

I. INTRODUÇÃO

As mudanças que tiveram origem na explosão das tecnologias da informação e da comunicação vêm provocando uma reordenação nos processos de produção, armazenamento, distribuição e disseminação de informações, exigindo mudanças nas práticas, procedimentos e rotinas, as quais se colocam como pré-condições para a inserção das organizações na chamada “Sociedade Digital”.

Particularmente, no que tange à esfera governamental, a intensificação do uso das tecnologias informacionais tem contribuído com novos paradigmas para conduzir a ação e o funcionamento da máquina estatal, propiciando o surgimento do Governo Eletrônico e o uso intensivo da informação em rede. Esse fenômeno vem revolucionando a comunicação intra e inter organizações e tende a permear as atividades e os processos de decisão nas diferentes esferas do governo, seja federal, estadual e municipal. (Miranda, 2000).

Muito se tem discutido sobre modelos de acessibilidade a bancos de dados para suporte às atividades organizacionais, principalmente os chamados sistemas interorganizacionais, porém, na área pública, ainda ficam pendentes as seguintes questões:

- a) o enfoque na interatividade e troca de informações *on line* para maximizar a ação da e-governança pelo uso potencial da Internet e da Intranet existentes nos órgãos públicos é suficientemente explorado?.
- b) o que o governo está fazendo para que a troca de informações produzidas por seus diversos órgãos, venham a apoiar e a potencializar suas ações?

Este artigo visa abordar a questão do compartilhamento de dados e informações entre as organizações públicas na perspectiva do e-Governo e da e-governança, como recurso fundamental para consolidar a atuação do estado na chamada sociedade digital. Para tanto, apresenta, na seção II, uma rápida análise das políticas de informação e como elas aparecem na sociedade atual fortemente apoiada em tecnologias digitais. Na seção III, aborda os conteúdos contemplados pelo e-Governo e a e-governança, enquanto a seção IV

trata da importância da Internet e da Intranet como instrumentos estruturantes da informação para as organizações. Na seção V, se discute os meios para a viabilização de uma rede intergovernamental de informações. Por fim, na seção VI, à guisa de conclusão, é apresentada uma síntese dos aspectos mais relevantes tratados neste artigo, enfatizando algumas das condições exigidas para a e-governança.

II. POLÍTICA DE INFORMAÇÃO DA “SOCIEDADE DIGITAL”

A política de informação oficialmente estabelecida pelo governo brasileiro por meio do Programa Sociedade da Informação teve suas diretrizes expressas no chamado Livro Verde (Sociedade, 2000). Neste livro, a informação é identificada como um recurso estratégico e propulsor do desenvolvimento e é chamada atenção, entre outros objetivos, para a promoção do uso das novas tecnologias de comunicação nos campos econômico e social, tanto na área estatal como na área privada.

O programa destaca a implantação de plataformas tecnológicas visando a ampliação da infra-estrutura de informação e de serviços de Internet, o que possibilitará à população o amplo acesso à informação, inclusive àquela produzida pelo próprio Estado e disponibilizada em *web sites* governamentais através do chamado Governo Eletrônico (Pimenta apud Ferreira:2003).

No sentido mais amplo, a infra-estrutura de informação significa concentrar as tecnologias de comunicação, telecomunicação e informática para uso intensivo da Internet. Na realidade, a aplicação do sistema de rede do e-Governo está voltada para ampliar as ações do governo em benefício da cidadania, por meio da prestação de serviços e oferta de informações, onde cada órgão apresenta o seu link para divulgação de ações básicas voltadas para o atendimento ao público.

Diante disso, reconhecemos alguns aspectos próprios das redes e infra-estrutura e das políticas tácitas que estão embutidas nas suas formas de concepção e de operação. Dentre estes aspectos, destacam-se projetos e escolhas organizacionais e o surgimento de micropolíticas operacionais sobre os processos de comunicação e informação para o e-Governo.

A bem da verdade, o objetivo é a comunicação e não a utilização dessa ferramenta como suporte para o macro planejamento, que se correlaciona com a sua utilização como instrumento de implementação de sistemas de gestão de informações e o uso da Internet

para compartilhar informações estratégicas que possam subsidiar ação da e-governança do Governo Eletrônico.

Gonzalez de Gómez (2002) aborda a relação entre política e informação neste cenário “digital”, sugerindo um modo de produção informacional por ela chamado de “regime de informação”. Assim, segundo esta autora, estes regimes são contextualizados como aqueles onde estariam estabelecidos “instituições, meios, recursos preferenciais de informação, arranjos organizacionais, seus dispositivos de preservação e distribuição”.

Isto nos remete à visão de redes apresentada por Luchini et all (2003: 3) que apresentam a “possibilidade de uma maior eficácia das políticas públicas, bem como de adaptação das organizações públicas às variações do contexto em que elas trabalham”. Neste sentido, Cavalcanti (1991) destaca que as “políticas públicas não são formuladas, e muito menos implementadas, no contexto de uma única organização. Ao contrário, os intrincados processos decisórios em questão dizem respeito a um conjunto de organizações e a um complexo sistema de relações formais e informais que entre elas se estabelece” (Luchini et all, 2003, op.cit.).

A nosso ver, com a definição de uma rede intergovernamental, essa “rede de políticas públicas” poderá ser inserida dentro de uma política informacional com o propósito de maximizar informações estratégicas na área do governo, onde as informações geradas e organizadas poderiam ser transferidas no interior do canal do governo eletrônico, através de uma Intranet governamental. Essa política informacional deve ser entendida como um conjunto de diretrizes emanadas do Estado, traduzindo-se, entre outros aspectos, em legislação, programas e projetos de ação para potencializar o uso da informação como recurso estratégico, além de tantos outros que poderiam ser aqui enumerados com a finalidade de ampliação do Governo Eletrônico e maximização da e-governança.

III. GOVERNO ELETRÔNICO E E-GOVERNANÇA

Existe no Estado uma demanda para a obtenção de uma maior quantidade de informação visando o apoio às suas ações, bem como um estoque imenso de informações que pode ser viabilizado para dar suporte aos seus serviços. Neste sentido, Jardim (apud Landini & Damiani,1999, p.1) afirma: “O Estado Moderno constitui-se numa das maiores e mais importantes fontes de informação, além de requisitar uma grande quantidade destas

para sua atuação. Seu complexo funcionamento relaciona-se diretamente com a sua ação produtora, receptora, ordenadora e disseminadora de informações”.

O Governo Eletrônico está associado ao uso de modernas tecnologias de informação no conjunto de atividades desenvolvidas pelos órgãos do Estado, visando estabelecer uma relação mais direta, transparente e participativa entre as instituições públicas e os cidadãos e, sobretudo, para dar maior eficiência e eficácia às suas ações.

O governo definiu áreas para desenvolvimento de ações no âmbito do Comitê Executivo do Governo Eletrônico, que, dentre os 8 Comitês Técnicos criados, o de Governo para Governo - G2G e o de Gestão de Conhecimentos e Informação Estratégica estão diretamente inseridos na abordagem da rede intergovernamental aqui apresentada. (Jardim 2004, p.12).

Na visão deste artigo, que se insere na abordagem de Lenk & Traunmüller (apud Jardim.2000), o Governo Eletrônico deve enfatizar, dentre outras, políticas públicas voltadas para cooperatividade e integração entre os vários órgãos governamentais e para a implementação de mecanismos de disseminação e gestão do conhecimento.

Porém, sabemos que abordar o Governo Eletrônico envolve não apenas tecnologia, mas, sobretudo, decisões políticas e um enfrentamento de “barreiras e resistências corporativas, comportamentais, interorganizativas”, que estão evidenciadas na colocação de Ruediger (apud Jardim 2004,op.cit.p.6):

“ o potencial de novas tecnologias eletrônicas aplicadas aos processos de governo devem acompanhar outras mudanças paralelas, como o advento de uma nova geração de líderes tecnicamente letrados; o aperfeiçoamento de tecnologias de interatividade, feedback e trabalho em grupo; maior prioridade dos tomadores de decisão em utilizar esses recursos extensamente...]. Em conjunto, essas questões dependem mais de resoluções políticas do que de soluções tecnológicas stricto sensu ”.

Em termos de políticas públicas, o Governo Eletrônico aparece, na maioria das propostas dos Estados, como o fórum legítimo de relacionamento entre o Governo e a Sociedade e de instrumento de visibilidade das ações governamentais, pouco contemplando diretrizes para a e-governança. No nosso ponto de vista, a e-governança, que “inclui, entre outras atividades, todo o suporte digital para elaboração de políticas públicas; tomada de decisões; *public choices* e *workgroup* entre os vários gestores públicos de diferentes escalões”, representa instrumento fundamental para a governabilidade dos órgãos estatais. (Parreira et all:2004)

Para Sanches (2003: 93), a área da e-governança contempla ações de informatização de processos e rotinas na busca da modernização da ação governamental, destacando que “isto implica na possibilidade de realizar ações orientadas a fortalecer a capacidade institucional, entre as quais a reestruturação organizativa, a desburocratização de normas e procedimentos e a capacidade de controle sobre o andamento das ações governamentais”.

Isso pressupõem, fundamentalmente, uma mudança na concepção do Governo Eletrônico pelas organizações, como abordado por Ramió (apud Jardim,2004,p.5) : “no solo la modificación de los elementos técnicos (tecnología, estructuras, procesos, etc.) sino también, lo que es más importante: el cambio em los valores y comportamientos que configuran la cultura organizativa existente”.

Nesse sentido, Jardim (2004,op.cit.,p.5) aponta que “seria mais uma questão política do que técnica” e destaca, como inerente ao Governo Eletrônico, que a “sociedade contará com serviços mais integrados, porque diferentes organizações serão capazes de se comunicar mais efetivamente entre si” e, com isso, permitir maior ampliação e efetividade em suas ações.

IV. A INTERNET E A INTRANET

As grandes organizações, bem como as instituições públicas estão adotando cada vez mais a Internet, para melhorar seus processos internos de comunicação e de coordenação. A Internet tem sido o canal que as organizações públicas utilizam para oferecer serviços e prestar informações à sociedade, onde o uso do ciberespaço, por meio de sítios (*sites*), vem modernizando os governos e se constituindo em parte do processo de reforma do Estado como exigência da sociedade atual digitalizada, voltada para integrar e ampliar as ações de governo em benefício da cidadania

A *Internet* que vem sendo impulsionada pela presença cada vez mais forte de tecnologias de informação e comunicação muda a lógica, antes focada em armazenamento de dados, e a converge, hoje, para a disponibilização de grandes quantidades de dados de forma rápida, relativamente segura, de diversos formatos e de baixo custo, possibilitando a disseminação da informação e as transferências de arquivos.

Esta tecnologia vem configurando um espaço digital, que permite a movimentação e o deslocamento de um endereço a outro em qualquer ponto da Web, assumindo um nível

de abrangência mundial. Entre as principais finalidades da Internet nas organizações estão as realizações da consulta, da pesquisa, da divulgação e da consolidação da imagem institucional do órgão, podendo ser uma eficiente forma de interligar diferentes unidades que estejam geograficamente distantes.

A Internet representa para a e-governança uma importante ferramenta para integrar os diversos órgãos do Governo numa troca permanente de informações e para possibilitar a criação de uma ponte entre os sistemas corporativos, baseados na estrutura de comunicação de uma Intranet governamental.

A Intranet é uma rede interna que fundamenta sua arquitetura na tecnologia da Internet, sendo seu uso restrito aos empregados das corporações, para fortalecer o processo de comunicação e a estruturação das rotinas e procedimentos de trabalho.

O uso da Intranet propicia a comunicação fora de fronteiras físicas, como edifícios das organizações, cidades e países, bem como a adoção de uma filosofia de trabalho em grupo, que pode levar os funcionários de diferentes cidades a compartilharem arquivos, discutirem relatórios, ensinarem e treinarem colegas, utilizando-se de recursos tais como: chats, videoconferência, programas de comunicação, e-mails, quadro de recados, entre muitos outros.

A Intranet pode ser o canal interno de comunicação de uma rede de governo através de links específicos de acesso, possibilitando que servidores credenciados possam acessar e solicitar as informações estrategicamente definidas nos protocolos da rede intergovernamental de informação.

Reconhecendo a importância da Intranet como importante tecnologia de comunicação e gerenciamento da informação, os órgãos públicos estarão potencializando na estrutura do e-Governo adotada pela administração pública, a chamada G2G - governo a governo (Government to Government), que prevê o intercâmbio e a cooperação entre agências do governo em nível regional, estadual, nacional e internacional, na qual esta inserida a e-governança, tem sido pouco estudada e implementada em escala diminuta pelos governos. (Santos, 2004)

Ao utilizar essas ferramentas como instrumento de fortalecimento da e-governança, o governo vai possibilitar uma maior interatividade entre os diversos órgãos, reduzindo a burocracia no intercâmbio de conteúdos e criando uma rede institucional de informações governamentais.

Assim, tendo em vista que este artigo enfatiza a área de atuação da e-governança do Governo Eletrônico, chama-se atenção para esses instrumentos estruturantes e para os mecanismos intergovernamentais que promovam a troca e o compartilhamento de informações via Internet e Intranet.

V. REDE INTERGOVERNAMENTAL DE INFORMAÇÕES

A possibilidade de integração e compartilhamento de dados e informações representa uma das capacidades mais marcantes das novas tecnologias de informação e comunicação, tanto no nível interno da organização quanto no interorganizacional, isto é, entre múltiplas organizações.

As organizações têm investido muito, principalmente na área governamental, na implementação de sistemas de informação para processamento dos dados e rotinas de trabalho, visando obter uma maior eficiência das suas ações.

As novas capacidades de troca e de comunicação de informação têm exigido uma abordagem estratégica, voltada para a adoção de procedimentos técnicos e administrativos de acesso e compartilhamento de informação, exigindo a modernização dos convênios, acordos e protocolos de cooperação entre os órgãos, objetivando o fortalecimento da e-governança.

Nos protocolos, serão definidas todas as condições de operacionalização da estrutura organizacional, como: formalização, legalização, políticas de funcionamento, aspectos operacionais e legais e a infra-estrutura de funcionamento, inclusive a questão da segurança (a exemplo do uso de criptografia para a transmissão e recepção de dados). Os protocolos são fundamentalmente instrumentos técnicos, porém com um forte cunho político, onde a negociação e o interesse público entram como pano de fundo e lastro para interação e agilidade de todo o processo, correlacionando-se aos tradicionais convênios, protocolos e acordos entre os órgãos.

A matéria abordada depende fundamentalmente da definição de necessidades de informação de cada órgão e da vontade política para implementá-la, exigindo um cuidadoso planejamento por parte das organizações solicitantes.

Estando os conteúdos das informações formatados e os procedimentos devidamente protocolizados, as organizações estarão formalmente interconectadas, operando num sistema de rede, que, dentre outras vantagens, deverá:

- a) reduzir a burocracia no acesso às informações intra-governo;
- b) possibilitar o acesso on line às informações;
- c) evitar a armazenagem das mesmas informações em diversas organizações;
- d) aumentar o nível de eficiência dos programas e projetos do governo;
- e) aumentar a integração das ações;
- f) reduzir custos operacionais;
- g) melhorar a distribuição e a utilização da informação entre as organizações;
- h) definir um modelo de gestão estratégica de informação.

Dessa forma, vemos que a rede de compartilhamento deverá concorrer para que as organizações públicas disponham no processo decisório de informações de modo ágil, sem perda de qualidade, fragmentação, redundâncias etc, hoje existentes nas relações entre esses vários atores, e permitir ao Governo, em suas várias esferas, criar, gerenciar e disponibilizar, em estoques adequados, o conhecimento e a informação tanto gerado quanto acumulado por seus vários órgãos.(Parreira et all, 2004)

A tecnologia não se constitui em barreira para o desenvolvimento dos projetos de uso da informação no Governo eletrônico, mas se refere, antes de tudo, a um empreendimento político, envolvendo visão democrática e negociação.

O fundamental é ter pleno conhecimento dos objetivos e dos processos internos, de modo que a organização possa definir as necessidades e subordiná-las ao documento eletrônico. O problema é como identificar a pertinência do tipo e de que forma mais adequada e mais rápida a informação será formatada e recuperada para a organização, tendo em vista suas decisões, oportunidades, negócios, estratégias etc. Tudo isso exige um esforço coletivo (no sentido de grupo de indivíduos), análise, discussão, interpretação e identificação da real necessidade de informação dos órgãos a serem envolvidos numa rede de compartilhamento.

Para Prusak e McGee (1994: 52), “cada vez mais, a interação rotineira e diária entre organizações ocorre através de processos eletrônicos”, potencializando a troca de informações, ampliando a interconectividade e, sobretudo, a busca da “vantagem cooperativa”.

No estágio atual, os recursos e o processamento de integração são múltiplos, desde tecnológicos, processamento de dados, facilidade e acesso à base de dados comuns, acesso às redes externas de informações e tantos outros, baseados na estruturação e facilidades propiciadas pela complexa rede de comunicação em níveis local, regional, nacional, internacional.(Torres, 1995)

Miranda(2003) aborda os sistemas de informação na perspectiva da horizontalidade e verticalidade, que caracterizaria um troca cooperativa e hierárquica, fundamentais para o fortalecimento da visão integrada e baseada na troca de conteúdos específicos e formatados, para serem intercambiados através de uma rede institucional de acesso restrito na Internet. Como as redes se configuram em teias multi-organizacionais, envolvendo resoluções de problemas ou atendimento a objetivos múltiplos, cujas resoluções não podem ser equacionadas facilmente através de uma única organização, reforçam a necessidade de cooperação, objetivos comuns, troca de recursos e o entendimento de que o compartilhamento de interesses é fundamental para consecução das ações.

As redes podem assumir forma e estrutura de acordo com o contexto em que são estabelecidas e recebem influencia na forma de comunicação e na circulação da informação de um ponto a outro do sistema, podendo adotar várias formas.

Cardoso et all (2003:8) colocam que as redes situam-se como formas híbridas de organização e, em termos gerais, apontam as seguintes características:

- “ as redes são compostas por diferentes “atores”, organizações, que interagem entre si e detém, cada um, um conjunto de recursos;
- as organizações participantes da rede mantêm um razoável grau de independência formal, contratual, entre si;
- existem relações ‘não formais’ de dependência significativas entre os participantes de uma rede, que se aprofundam à medida em que dinamicamente se desenvolvem os laços entre os participantes;
- as interações entre os nós da rede não se dão em momentos únicos, mas são repetidas ao longo do tempo, configurando padrões e evoluindo;
- a organização em rede pressupõe a existência de objetivos; interesses comuns ou complementares entre os participantes ”.

Ao se falar de um sistema de rede, surgem as três questões básicas abaixo, que são extremamente importantes para sua viabilização, mas que, na rede intergovernamental, onde a ênfase está na troca de informações e não no acesso a sistemas ou banco de dados, se apresentam perfeitamente equacionadas:

- 1) formatação de conteúdos;

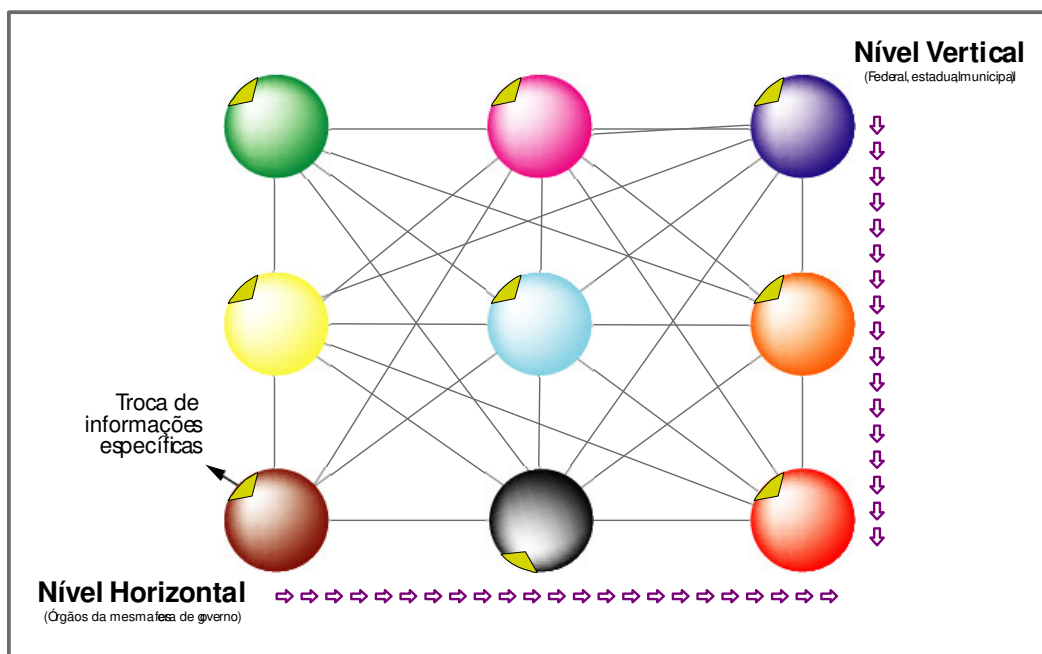
- 2) acessibilidade dos conteúdos;
- 3) compatibilidade das linguagens.

No compartilhamento de informações via rede do e-Governo, a *formatação de conteúdos* baseia-se na concepção amplamente utilizada das chamadas SQL, comum a várias linguagens da WEB. Assim, cada organização pública define a informação específica, formatando-a de acordo com o sistema de processamento existente no órgão, disponibilizando-a para o órgão solicitante. A idéia é iniciar um trabalho de organização e padronização das informações que os governos detêm, para colocá-las de modo ordenado em um meio onde a forma de pesquisa seja uma Intranet específica na rede do governo.

A linguagem a ser utilizada será a da Web, fazendo com que a problemática da *compatibilidade* seja resolvida, pois cada organização não precisará modificar a linguagem de seus sistemas de banco de dados, mas apenas disponibilizar os diversos conteúdos.

A rede teria a forma descentralizada, onde todas as unidades de informação comunicam-se entre si e definem, através dos protocolos, os conteúdos e critérios para o compartilhamento das informações, sendo o seu objetivo maior o processamento e transmissão de informações estratégicas, que subsidiem as diversas áreas de atuação dos órgãos, conforme pode ser visto na figura a seguir.

FIGURA . Rede Intergovernamental de Informações



Fonte: Os autores

Dentro da perspectiva da e-governança, potencializar o uso da Internet e da Intranet pode significar um salto qualitativo no planejamento das ações e na execução dos seus

diversos programas e projetos, consolidando uma rede intergovernamental para troca de informações entre as instituições públicas, seja a nível horizontal (dentro da mesma esfera de governo), tanto a nível vertical (entre as esferas: federal, estadual e municipal).

Como rede específica do governo, terá um caráter evolutivo de crescimento tanto de quantidade quanto de qualidade, na medida em que sedimente a cultura da informação e do compartilhamento para a efetividade das ações governamentais.

Como o tipo de informação a ser solicitada por cada órgão está ajustado à estrutura de dados das organizações, a *acessibilidade aos seus conteúdos* vai depender apenas de que seja estabelecida por cada órgão a forma de captura e processamento das informações para envio via Internet /Intranet.

VI. CONCLUSÃO

A sociedade digital, segundo Prusak e MacGee, vai exigir cada vez mais procedimentos e mecanismos apoiados em infovias para o tráfego de informações em sistema de rede específica, pois, “dentro de alguns anos, o amplo volume de dados que fluirá entre as organizações [...] será intercambiado eletronicamente”, sobretudo como único instrumento capaz de permitir que se trabalhe uma enorme quantidade de informações, necessárias para a efetividade de suas ações. (Prusak e MacGee, 1994: 79)

A política informacional do governo eletrônico deve se consubstanciar em um modelo de gerenciamento da informação que defina as bases de compartilhamento, em que a Internet e a Intranet organizacional (a rede externa e interna) sejam o elemento estratégico, e o consenso e a negociação os elementos-chaves para dinamizar o fluxo interorganizacional.

Nesta abordagem de implementação, as novas tecnologias de informação e comunicação vêm potencializar a e-governança dentro do e-Governo, no qual a informação é vista como instrumento estratégico, contribuindo para os objetivos de melhoria das ações organizacionais, dependendo os benefícios finais da atitude cooperativa estabelecida na sistemática de compartilhamento da rede. Esta questão é importante e mesmo fundamental, pois exige intervenção de diversos membros das organizações, cada um deles em função de suas atividades, experiências e competências.

Inevitavelmente, os órgãos públicos vão ter que repensar sobre o potencial do seu universo de informação, definir o espaço em termos de interesse de informações essenciais e vias de fluxo de informação, aperfeiçoar a adaptabilidade, estabelecendo claramente premissas e políticas de informação, nas quais o Governo Eletrônico será a chave indutora para a e-governança.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Vinícius Carvalho, ALVAREZ, Roberto dos Reis e CAULLIRAUX, Heitor Mansur. *Gestão de Competências em Redes de Organizações: Discussões teóricas e metodológicas acerca da problemática envolvida em projetos de implantação*. <http://www.propme.ufjf.br/pdf/artigos/cardosoAlvarezCaulliriaux.pdf>. Acesso 25/03/2005

FERREIRA, Rubens da Silva. *A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado*. Ci. Inf., Brasília, v. 32, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 2003

JARDIM, José Maria; MARCONDES, Carlos Henrique. *Políticas de Informação Governamental: a construção de Governo Eletrônico na Administração Federal do Brasil*. DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação. v.4, n.2. abr.2003. Disponível em <http://www.dgzero.org/out00/Art_02.html > Acesso: 20 de março 2005

JARDIM, José Maria. *A Construção do E-Gov no Brasil: Configurações Político-Informacionais*. In: V ENCONTRO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 2004, Salvador/Ba. Anais do V CINFOM. Instituto de Ciência de Informação/UFBA. 2004. CR-ROM.

LUCHINI, Adriana de Mello, SOUZA, Marcio Domingues de e PINTO, Aluizio Loureiro. *Aportes E Limites Da Perspectiva De Redes De Políticas Públicas: O Caso Da Gestão Da Água*. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 10, n. 2, p.87-94, abril/junho 2003

MCGEE, James V., PRUSAK, Laurence. *Gerenciamento Estratégico da Informação: Aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica*. 12ª. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 244 p.

MIRANDA, Antonio. *Ciência da Informação-Teoria e Metodologia de uma área em Expansão*/ Elmira Simeão, organizadora. Brasília: Thesaurus, 2003, . 212 p.

PARREIRAS, Tatiane A. S., CARDOSO, Ana Maria P. e PARREIRAS, Fernando S. *O Governo Eletrônico: Uma Avaliação do Site da Assembléia Legislativa*. V ENCONTRO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 2004, Salvador/Ba. Anais do V CINFOM. Instituto de Ciência de Informação/UFBA. 2004. CR-ROM.

SANTOS, Roberval de Jesus Leone. *Governo Eletrônico: o que se deve e o que não se deve fazer*. Disponível em: <http://portal.cnti.ve/cnti_docmgr/sharedfiles/gobiernoelectronico9.pdf>. Acesso em 8 março 2005

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. *Motivações e fatores críticos de sucesso para o planejamento de sistemas interorganizacionais na sociedade da informação*. Ci. Inf., Brasília, v. 32, n. 2, p. 107-124, maio/ago. 2003.

TORRES, Noberto. *A Competitividade empresarial com a tecnologia de informação*. São Paulo: MakronBooks, 1995.